



Ministério da Integração Nacional - M I
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
RUA TAUMATURGO DE AZEVEDO, 2315, BLOCO 2, CENTRO/SUL, TERESINA-PI
CEP 64001-340- FONE/FAX: (0XX86) 3215-0147

DATA 11/11/2016	QUANT. DE PÁGINAS	FAX Nº: 009/16-7 ^a /SL
EMISSOR: CODEVASF - 7 ^a SL	TEL. EMISSOR (086) 3215-0147	FAX EMISSOR (086) 3215-0147
DESTINATÁRIO LICITANTES/INTERESSADOS	TEL. DESTINATÁRIO	FAX DESTINATÁRIO

CONCORRÊNCIAS Nº 11, 12 e 13/2016-7^aSR

ESCLARECIMENTOS

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF-7^aSR, acerca do pedido de esclarecimentos referente aos Editais:

011/2016 – CONCORRÊNCIA, que tem por objeto a execução das obras de pavimentação em paralelepípedo nos municípios de Riacho Frio e Santa Filomena, no Estado do Piauí;

012/2016 - CONCORRÊNCIA, que tem por objeto a execução das obras de pavimentação em paralelepípedo nos municípios de Coivaras e Joaquim Pires, no Estado do Piauí; e

013/2016 - CONCORRÊNCIA, que tem por objeto a Execução das obras de pavimentação em paralelepípedo nos municípios de Canavieira, São João da Varjota, Picos e Campo Alegre do Fidalgo, no Estado do Piauí, após consulta a área técnica esclarecemos:

QUESTIONAMENTO:

Sobre a interpretação dos editais 11, 12 e 13 /16 desta superintendência.

No item 5.3.2., subitem d.1. consta o seguinte texto: "no preenchimento do Quadro XV - detalhamento do BDI, a licitante deverá considerar todos os impostos, taxas e tributos conforme previsto na legislação vigente, ou seja, aplicado sobre o preço de venda da obra. **Deverá ser considerado no BDI o ISS de cada um dos Municípios onde será executada a obra.**"

Então, essa última parte em destaque está causando confusão. Como se apresentará diferentes BDIs nas propostas? Como se sabe o objeto das licitações incluem vários Municípios. Devo apresentar BDIs diferentes para cada Município? Não pode haver uma planilha global, considerando o ISS da planilha de BDI sugerida pela codevasf?

Resposta da área técnica:

A composição de BDI de obras públicas deve considerar a legislação tributária do Município, onde serão prestados os serviços de construção civil, levando em conta a forma de definição da base de cálculo, e sobre esta a respectiva alíquota do ISS, que será um percentual entre o limite máximo de 5% estabelecido no art. 8º, inciso II, da LC 116/2003 e o limite mínimo de 2% fixado no art. 88 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Para o caso acima, deverão ser apresentados detalhamentos de BDI para cada Município, considerando o ISS de cada Município onde será executada a obra. Se os Municípios tiverem a mesma alíquota de ISS, os detalhamentos terão o mesmo percentual de ISS, caso não, terão percentuais diferentes de ISS. O(s) BDI(s) apresentado(s) deverão atender ao Acórdão 2622/2013 – TCU – Plenário.


Jacymar Bandeira da S. Barros
Chefe da Secretaria Regional de Licitações
CODEVASF - 7^aSR - DEC. 1469/12